



000100

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2023

DISPENSA Nº 013/2023

CONTRATO Nº. 016/2023

Compromisso celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica - CNPJ sob o número 04.214.440/0001-00, com sede na Rua Octogonal, nº. 684, Jardim Imperial, Luís Eduardo Magalhães - BA, representada pelo Presidente **REINILDO NERY DOS SANTOS**, brasileiro, inscrito CPF/MF nº. 977.718.305-44 doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **GENIUS CONSULTORIA EMPRESARIAL E GESTÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº: 41.190.628/0001-84, situada na Rua PIAUÍ, nº. 443 2º Andar, Cep: 47.850-000 - Luís Eduardo Magalhães - Ba, representado pelo Sr. **DANIEL ALVARES DA SILVA**, CPF sob nº. 499.518.075-34, doravante denominada **CONTRATADA**, com as normas contidas na Lei Federal nº. 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações posteriores, no processo administrativo nº 025/2023, dispensa nº 013/2023, para cumprimento do objeto abaixo descrito:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Prestação de serviços relativos à serviços de medicina e segurança no trabalho, para elaboração dos programas de saúde do trabalho, exigidos pela legislação trabalhista, compreendendo: Elaboração Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Laudo Técnico de Insalubridade (LTI), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico de Periculosidade (LTIP) e Comunicação de

Acidente de Trabalho( CAT), e envio de arquivos XML para o e-Social, para a Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães -Bahia.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - DETALHAMENTO DO OBJETO**

- **Elaboração e Gestão do Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR conforme NR 01 09/03/2020, com acompanhamento técnico no cumprimento das exigências e Cronograma de Ação:**

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS / GESTÃO DE RISCOS OCUPACIONAIS: É o documento que contém o mapeamento dos riscos ambientais provenientes das atividades laborais realizadas pelo colaborador da empresa, a qual os funcionários estão expostos. Para elaboração do PGR / GRO, é necessária a visita de um profissional com capacidade técnica para identificar e mesurar um agente de risco, seja qualitativo e/ou quantitativo. São obrigatórias a elaboração e a implementação do PGR/PPRA na empresa, em que os agentes físicos (ruído, calor, vibração, umidade), químicos (gases, vapores orgânicos, poeiras) e biológicos (vírus, fungos, bactérias) estejam presentes e sejam identificados no levantamento preliminar de risco - LPR (também chamado de Levantamento de Risco e Perigo - LRP e/ou Análise Preliminar de Risco e Perigo - APRP). Incluem-se nesta fase os riscos ergonômicos e de acidentes e/ou mecânicos. O PGR/GRO tem como objetivo a prevenção da saúde e integridade dos trabalhadores durante o pacto laboral, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da intensidade dos riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. De forma a atender a Normas Regulamentadoras NR deve ser realizado caso identificado a necessidade, um laudo ambiental constando as avaliações e controle das exposições ocupacionais a agentes ambientais. O programa está de acordo com a Norma Regulamentadora nº 01 da Portaria nº 6.730 de 09 de março de 2020 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPTR) e portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego (M.T.E.). As Portarias são amparadas pela Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977 que regulamenta o Capítulo V da Consolidação das



Leis do Trabalho - CLT (DecretoLei 5.452 de 01/05/1942). O PGR/GRO é a base na elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP que foi criado conforme §2o do art. 68 do Decreto n. 3.048, com redação dada pelo Decreto n. 4.032 de 20 de novembro de 2001, conforme anexo XV da Instrução Normativa INSS/DC n. 078, de 16/07/2002 e publicada na seção 01 do DOU em 18 de julho de 2002 e alterado através das Instruções Normativas INSS/DC n. 092 e 099.

- **Elaboração e Gestão do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO conforme NR 7; - Alteração 02/08/2021. - Elaboração do PCMSO (NR-7) Qtde: 1 PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL:**

É o documento que contém as diretrizes para o controle médico referente a exposição aos riscos ambientais provenientes das atividades laborais realizadas pelo colaborador da empresa. A elaboração do PCMSO é realizada por médico coordenador do trabalho na qual o mesmo deve estar devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM). Assim como para elaboração do programa, para a realização dos exames ocupacionais, a clínica (pessoa jurídica) também deve estar inscrita no CRM. Tem validade de 1 (um) ano sendo obrigatório em empresas a partir de 1 (um) funcionário. - O PCMSO tem como objetivo promover e preservar a saúde do conjunto dos trabalhadores de uma empresa, através de seu caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. - O programa está de acordo com a Norma Regulamentadora nº 07 das Portarias nº 25, de 29 de dezembro de 1.994 e Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho Portaria nº 24 de 29/12/94, Portaria nº 08 de 08/05/96 e Despacho da SSST de 01/10/96.

- **Elaboração do Laudo Técnico das Condições do Ambiente do Trabalho - LTCAT, necessário avaliações ambientais v Elaboração do LTCAT + LTIP (DEC 3.048 e NR 15) v Envio ao e-social de 10/01/2022 v Qtde: 1 LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO:**

É a declaração pericial emitida pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho / Médico de Segurança do Trabalho e tem como objetivo apresentar os resultados da análise global do PPRA, demonstrar o reconhecimento dos agentes nocivos e discriminar a natureza, a intensidade e a concentração que possuem identificar as condições ambientais de trabalho por setor ou o processo produtivo e explicitar as avaliações quantitativas e qualitativas dos riscos, por função, por grupo homogêneo de exposição ou por posto de trabalho. O LTCAT tem como objetivo identificar atividades/funções que fazem jus a aposentadoria especial em função de sua exposição à agentes de risco. O laudo é referendado pela Instrução Normativa INSS/DC 078 de 16/07/2002, publicada na seção 01 do DOU em 18 de julho de 2002 que institui o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e alterado através das Instruções Normativas INSS/DC n. 084 de 17/12/2002 INSS/DC n. 095 de 07/10/2003, INSS/DC n. 099 de 05/12/2003, INSS/DC n. 020 de 11/10/2007, INSS/DC n. 27 de 05/06/2008, INSS/DC n. 029 de 05/12/2008, IN INSS/DC n. 040 de 17/07/2009.

• **LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE:**

A declaração pericial emitida pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho e tem como objetivo apresentar os resultados da análise global do PPRA, demonstrar o reconhecimento dos agentes nocivos e discriminar a natureza, a intensidade e a concentração que possuem identificar as condições ambientais de trabalho por setor ou o processo produtivo e explicitar as avaliações quantitativas e qualitativas dos riscos, por função, por grupo homogêneo de exposição ou por posto de trabalho. O LTIP tem como objetivo identificar atividades/funções que fazem jus a adicionais de insalubridade e periculosidade em função de sua exposição à agentes de risco. O laudo é referendado de acordo com as Norma Regulamentadoras nº 15 e 16 da Portaria nº 3.214 08 de junho de 1978, e atualizado pelas portarias 1.359 e 1.357 respectivamente, de 09 de dezembro de 2019 do Ministério do Trabalho e Emprego (M.T.E.). As Portarias são amparadas pela Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977 que regulamenta o Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto-Lei 5.452 de 01/05/1942). As informações do LTCAT e LTIP são imprescindíveis na elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP que foi

criado conforme §2º do art. 68 do Decreto n. 3.048, com redação dada pelo Decreto n. 4.032 de 20 de novembro de 2001, conforme anexo XV da Instrução Normativa INSS/DC n. 078, de 16/07/2002.

• **E-SOCIAL LANÇAMENTOS:**

Lançamentos do e-social referente 2210,2220,2240.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO**

Este Contrato guarda consonância com as normas contidas na Lei Nacional nº. 8.666/1993 (e alterações posteriores) Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº. 9.433/2005 no processo administrativo nº 025/2023, dispensa nº 0013/2023, na Proposta de Preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documentos que compõe o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA- DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O regime de execução deste contrato é empreitada por preço global

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar os pagamentos, observadas as disposições do item próprio deste CONTRATO;
- b) designar representante para relacionar-se com a CONTRATADA como responsável pela execução do objeto.
- c) supervisionar o objeto deste contrato, exigindo presteza no fornecimento e correção das falhas eventualmente detectadas;
- d) permitir acesso da CONTRATADA ao local da entrega dos materiais;
- e) esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação ao fornecimento do objeto;



f) manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações legais e contidas no termo de referência:

- a) A contratada deverá fazer a substituição das peças e/ou acessórios quando necessários.
- b) Entregar o objeto do contrato de acordo com as especificações, os quais deverão ser sempre de boa qualidade, segundo os padrões definidos pelos órgãos de controle de qualidade e padronização, no que couber, considerando-se as disposições da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) quanto às responsabilidades dos licitantes enquanto fornecedores e/ou prestadores de serviços nos casos de sinistros que acarretem danos à Câmara Municipal, inclusive com a inversão do ônus da prova;
- c) Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato ser firmado;
- d) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- e) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da entrega

Dos itens/materiais/ ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;



- f) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada ao fornecimento originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- g) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da realização da contratação;
- h) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA, poderá veicular qualquer publicidade ou informação citando a CONTRATANTE sem a prévia autorização da mesma;
- i) Indicar uma pessoa hábil para contato direto com o gestor, a fim de resolver todas as questões referentes ao bom andamento dos materiais;
- j) Manter, sempre por escrito com a CONTRATANTE, os entendimentos sobre o objeto contratado, ressalvados os casos determinados pela urgência dos mesmos, cujos entendimentos verbais deverão ser confirmados por escrito, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis;
- k) Manter todas as condições exigidas para habilitação e qualificação exigidas pelo ordenamento jurídico, durante a vigência do contrato;
- l) Prestar garantia aos materiais/serviço em razão do objeto desta contratação/licitação e será complementar à legalmente prevista no Código de Defesa do Consumidor, devendo a mesmo ser conferida mediante termo escrito;

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO**

O objeto do presente Contrato será fornecido pelo preço global de R\$: 16.824,00 (dezesesseis mil, oitocentos e vinte e quatro reais), pelo período de 01 (um) mês, tal qual se depreende da média das cotações de mercado. Sendo:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇOS	UNIDADE	VALOR (R\$)
PGR - Programa de Gerenciamento de Risco	1	R\$ 3.248,00
PCMSO - Programa de Controle Medico Saúde Ocupacional	1	R\$ 1.740,00
CAT (Comunicado Acidente de Trabalho)	1	R\$ 355,00

LTCAT Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (se faz necessário pois precisa-se enviar todas essas informações para o e-social da empresa)	1	R\$ 3.156,00
Laudo de Insalubridade	1	R\$ 1.250,00
Laudo de Periculosidade	1	R\$ 1.295,00
Envios dos eventos e-social 2210,2220,2240.	1	R\$ 2.530,00
Medição de intensidade de luz com luxímetro (luminosidade)	Posto de Trabalho	R\$ 1.570,00
Medição da exposição do trabalhador ao calor	Postos de Trabalho	R\$ 1.680,00
<b>VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS:</b>		<b>R\$ 16.824,00</b>

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O preço proposto será fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - O preço ajustado poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA- DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO**

O objeto deste contrato será recebido por Comissão ou Setor (es) designados para este fim, da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega do objeto deste contrato nos locais especificados pela CONTRATANTE e da Nota Fiscal devidamente discriminada, em nome do órgão requisitante mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e demais especificações, para efeito de testes e verificação da conformidade do bem com as exigências deste instrumento e da proposta, bem como consequente aceitação, procedendo-se observações, se necessário e,



ainda, as disposições dos artigos 73 ao 76 da Lei 8.666/93. c) O prazo para testes e recebimento definitivo será de 30 dias (já incluído o prazo para recebimento provisório), a partir da entrega do objeto pela CONTRATADA.

d) No caso do objeto ser entregue incompleto ou apresentar alguma desconformidade passível de ser sanada, o prazo de recebimento definitivo passará a contar na sua totalidade, a partir da correção da pendência.

e) A entrega do objeto deverá ocorrer em mídia com assinatura digital, e impresso. Bem como apresentado através de protocolo os envios das informações ao E-social.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

A empresa contratada deverá iniciar a execução do serviço de forma imediata na Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, após a solicitação do setor responsável.

#### **CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado à CONTRATADA, até o 15º (décimo quinto) dia útil, contado do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesses períodos a fase de ateste da mesma - a qual conterà o endereço, o CNPJ, o número da Nota de empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto da contratação - em moeda corrente nacional, por intermédio da Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela CONTRATANTE.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Para a execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, a CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA, CNPJ nº 04.214.440/0001-00.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida

comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - A nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE, o qual somente atestará a entrega dos itens/materiais/prestações de serviços e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento se cumpridas pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas e legais.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - No caso de incorreção dos documentos apresentados, inclusive na nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Contratante, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

**CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos para custeio da(s) despesa(s) decorrente(s) da contratação correrá(ão) por conta de recursos financeiros próprios à conta das seguintes dotações orçamentárias:

01.01.000 - Câmara Municipal

101 - Programa Legislativo Forte e Atuante

500 - Recursos não vinculados de impostos

1.031.101.2001 - Gestão das Ações Legislativas

3.3.9.0.39.00.0 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA**

O contrato terá vigência de 01 (um) mês, contados da data de sua assinatura.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - A prorrogação do contrato será efetuada, desde que haja a reunião dos seguintes requisitos:

- I - houver interesse da contratante e da empresa contratada;
- II - for comprovado que o contrato mantém as condições iniciais de habilitação;
- III - houver autorização da autoridade competente;
- IV - seja a prorrogação devidamente justificada pela contratante.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - O presente Contrato poderá ser prorrogado, a critério do CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo, nos moldes da legislação pertinente (Art. 57 da Lei nº. 8.666/1993)

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - Em caso de aditivo, havendo necessidade de atualização do valor pactuado, o índice a ser aplicado é o IGPM.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

O acompanhamento e a fiscalização do objeto do contrato serão exercidos pela Sra. Telma de Souza, conforme Portaria nº. 032/2023, a qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços objeto deste contrato, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à **CONTRATADA**, conforme determina o art. 67 da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Não obstante ser a **CONTRATADA** a única e exclusiva responsável pelo objeto do contrato, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização do contrato.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Cabe à **CONTRATADA** atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao contrato, sem

que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA que é total e irrestrita em fornecimento do objeto, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do Contrato.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Os materiais objeto deste Contrato, deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa dos mesmos, bem como seu devido refazimento e/ou adequação, sem que caiba a CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Se, na execução do objeto, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual pelo qual possa ser responsabilizada a CONTRATADA, esta, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, poderá sofrer as seguintes penalidades ou sanções:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87, da lei nº 8.666/1993, na hipótese de recusa injustificada da empresa em celebrar o Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;

- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente aos produtos em que for constatado o descumprimento de qualquer obrigação, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas;
- d) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, quando da entrega do(s) produto(s) solicitado(s) fora do prazo estipulado pela Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir do primeiro dia de atraso.
- e) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, quando decorridos 13 dias, ou mais, de atraso multa de 1% (um por cento) pelo atraso, nos termos do art. 412 do Código Civil, incidente sobre o valor total da contratação. A aplicação da multa de que trata esta alínea não impede a rescisão/anulação unilateral do Contrato;
- f) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.
- g) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do contrato pela CONTRATADA, a qual será aplicada gradualmente, conforme a gravidade da infração.
- h) Ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará a licitante às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, inclusive a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE.



**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - O valor da multa poderá ser descontado na Nota Fiscal/Fatura ou do crédito existente na CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - Não será aplicada multa se, justificadamente e comprovadamente, o atraso do fornecimento dos materiais advier de caso fortuito ou força maior.

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº. 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - A rescisão deste contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Conforme o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, do referido Diploma Legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº. 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

Nos casos omissos serão aplicadas as normas estabelecidas no Código Civil e Código de Processo Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial Próprio, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

#### **CLÁUSULA NONA - DO FORO**


O foro para solucionar os litígios que decorrem da execução deste Contrato será o da Justiça Estadual da Comarca de Luís Eduardo Magalhães-BA.





000115

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Luís Eduardo Magalhães-BA, 16 de fevereiro de 2023.

  
CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA  
REINILDO NERY DOS SANTOS  
CONTRATANTE

  
Genius Consultoria Empresarial  
e Gestão em Seg. do Trabalho Ltda - ME  
Daniel Alvares  
Consultor Empresarial  
CREA-BA 001.001.748-8 / MTE-BA 9558

  
GENIUS CONSULTORIA EMPRESARIAL E GESTÃO EM SEGURANÇA DO  
TRABALHO LTDA  
DANIEL ALVARES DA SILVA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



CPF: 70255300182



CPF: 707387265-91